



TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquina para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.
Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos.
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Marau, 27 de janeiro de 2026.



1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s): A solicitação desta contratação parte da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

1.2. Da (s) Secretaria (s) Participante (s): Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública, Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Regularização Fundiária.

1.3. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações: Os objetos da presente contratação constam no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de serviço emitida.

1.4. A quantidade estimada é meramente indicativa, não existindo obrigatoriedade de contratação por parte do município.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando a *Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquina para atender as necessidades das Secretarias Municipais.*

2.2. O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

Item	Código	UN	Quant.	Descrição do Produto/Serviço
1	011.029.085	HOR	1650	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços por hora com escavadeira hidráulica de pneus, equipada com cabeçote de corte, destinada à execução de roçada mecanizada de vegetação arbustiva e poda de árvores de médio porte, em áreas urbanas, rurais ou margens de estradas.
2	010.004.011	HOR	6700	Serviço de Caminhão Caçamba truck, com no máximo 10 (dez) anos de uso, com capacidade mínima de 12m³. Com motorista habilitado.



3	011.021.054	HOR	1700	Serviço de caminhão com capacidade de carga mínima de 4 toneladas. Possuir dispositivos (Malhal Anterior e posterior) para transportes de postes de até 13 metros de comprimento, guindauto com lança mínima de 14 metros, tele comandado – NR 12, equipamentos de segurança e ferramentas como: vara de manobra, dispositivo de aterramento temporário de AT/BT, cones de sinalização, sequenciamento, multímetro, detectores de tensão de AT/BT, e equipamentos de proteção individual e coletiva. Cesto aéreo que atenda as normas regulamentadoras em eletricidade para trabalhos em altura (NR:10, 12, 35). Possuir broca perfuratriz para abertura de cavas de 0,8x2,3 metros. A empresa deve ser cadastrada no crea, e possuir um responsável técnico compatível com serviços propostos.
4	011.029.116	HOR	1650	Serviço eventual de apoio operacional com caminhão tipo munck. O veículo deverá estar devidamente certificado e ser operado por profissional habilitado, contando com todos os equipamentos de segurança exigidos pelas normas regulamentadoras.
5	010.004.018	HOR	6700	Serviço de escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, peso mínimo de 24 toneladas, capacidade de caçamba de 1,5m³. Com motorista habilitado.
6	011.016.503	HOR	1600	Serviço de escavadeira hidráulica, com no máximo 10 (dez) anos de uso, peso mínimo de 16,5 ton. capacidade de caçamba de no mínimo 0,8m³. Com motorista habilitado.
7	010.004.017	HOR	5100	Serviço de escavadeira hidráulica, peso mínimo de 16.500 ton. capacidade de caçamba de no mínimo 0,65m³, com no máximo 10 (dez) anos de uso. Com motorista habilitado.
8	010.004.019	HOR	4100	Serviço de Mini - escavadeira, com no máximo 10(dez) anos de uso. Peso mínimo de 1,3 toneladas e capacidade da caçamba de 0,15m³ mínimo. Com motorista habilitado.
9	011.016.504	HOR	4100	Serviço de moto niveladora, com movimento de lâmina lateral taluder, com no máximo 10 (dez) anos de uso, peso mínimo 17 ton. e ripper traseiro. Com motorista habilitado.
10	011.016.505	HOR	5800	Serviço de retroescavadeira hidráulica 4x4, com no máximo 10 (dez) anos de uso, com capacidade de



				caçamba dianteira de no mínimo 1m ³ de carga, peso mínimo de 7,2 ton. Com motorista habilitado.
11	011.016.502	HOR	4700	Serviço de rolo compactador, com no máximo 10 (dez) anos de uso, com peso operacional não inferior a 11.500 kg e tração no cilindro. Com motorista habilitado.
12	010.004.005	HOR	2700	Serviço de Trator Esteira com no mínimo 14 toneladas, com lâmina hidráulica angulável e escarificador - Máquina com no máximo 10 anos de uso.

2.3. Da classificação/natureza do objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

2.4.1. A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

2.4.1.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

2.4.1.2. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

2.4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

2.4.3. Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



Considerando o dever institucional da Prefeitura Municipal de Marau e de suas Secretarias na execução contínua de ações voltadas à manutenção, melhoria e desenvolvimento da infraestrutura municipal, torna-se indispensável a disponibilidade de meios operacionais capazes de assegurar a adequada prestação dos serviços públicos essenciais à população urbana e rural.

As atividades rotineiramente desenvolvidas pelo Município demandam a utilização de maquinários e equipamentos especializados, especialmente para a execução de serviços como:

- *Manutenção e recuperação de estradas rurais e vias urbanas;*
- *Abertura de novos acessos;*
- *Execução e conservação de obras públicas;*
- *Movimentação e transporte de materiais;*
- *Serviços de terraplanagem e compactação do solo;*
- *Manutenção do distrito industrial;*
- *Apoio e desenvolvimento da infraestrutura elétrica;*
- *Podas em vias urbanas e rurais;*
- *Serviços de manejo e corte de vegetação;*
- *Manutenção e desenvolvimento de pontes, bueiros e áreas públicas;*
- *Atendimento às demais demandas gerais do meio urbano e rural.*

Embora o Município disponha de frota própria de máquinas e equipamentos, observa-se, nos últimos anos, um aumento expressivo e contínuo da demanda por esses serviços, impulsionado pelo crescimento populacional, pela expansão territorial e pelo incremento das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas no Município. Soma-se a esse cenário a recorrência de eventos climáticos adversos que, mesmo diante da adoção de medidas preventivas, acabam ocasionando danos relevantes à infraestrutura municipal, especialmente à malha viária rural, exigindo intervenções frequentes, céleres e, muitas vezes, simultâneas em diferentes localidades.

A diversidade de serviços a serem executados, aliada à simultaneidade das demandas, tem evidenciado limitações operacionais da frota municipal, seja em razão da quantidade disponível de equipamentos, da indisponibilidade temporária decorrente de manutenções, ou ainda da necessidade de utilização de maquinários específicos para determinadas atividades. Como consequência, surgem dificuldades no atendimento tempestivo de algumas demandas,



sobretudo em situações emergenciais ou em períodos de maior concentração de serviços.

Nesse contexto, a Administração Municipal, ao longo dos exercícios anteriores, buscou ampliar sua capacidade operacional mediante a realização de contratações de serviços com *máquinas e equipamentos como motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhões caçamba, rolo compactador e entre outros*, afim de mitigar as limitações existentes e atender às demandas identificadas.

Tais contratações resultaram, no ano de 2025, na formalização de Atas de Registro de Preços destinadas à prestação desses serviços, sendo elas:

- **Pregão Eletrônico nº 39/2025 – Registro de Preços nº 23/2025:** *Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquina para atender as necessidades das Secretarias Municipais.*
- **Pregão Eletrônico nº 85/2025 – Registro de Preços nº 55/2025:** *Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquinas, com escavadeira hidráulica, destinada a execução de roçada para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.*

Entretanto, considerando a proximidade do término da vigência das Atas atualmente existentes e, sobretudo, a permanência da necessidade para o exercício de 2026, torna-se imprescindível a realização de novo planejamento, com vistas a avaliar as condições atuais, identificar as alternativas disponíveis e definir a forma mais adequada de assegurar a continuidade das atividades e serviços desempenhados pelas Secretarias Municipais, evitando paralisações, prejuízos à população ou incapacidade de resposta frente às demandas que venham a surgir.

Dessa forma, o presente Termo de Referência (TR) resulta da decisão administrativa adotada pelo Município para atendimento da necessidade exposta, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços públicos municipais.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório para *Contratação de empresa para prestação de serviço de horas*



máquina para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Considerando a natureza dos serviços que são considerados como comuns, e visando a ampla competição entre os inúmeros fornecedores disponíveis no mercado, entendemos que a contratação deva se dar através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, que atende aos preceitos de economicidade e transparência dispostos na Lei 14.133/2021.

Levando em consideração a experiência anterior do Município com o **Pregão Eletrônico nº 39/2025 – Registro de Preços nº 23/2025 e Pregão Eletrônico nº 85/2025 – Registro de Preços nº 55/2025**, bem como os custos estimados levantados por meio da análise de mercado e conforme o disposto no artigo 40, inciso II da Lei 14.133/2021, entendemos que a melhor solução para atender à necessidade é a utilização do sistema de registro de preços.

A utilização do Sistema de Registro de Preços confere maior flexibilidade à Administração, permitindo que as contratações de serviços de horas máquina sejam realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade efetivamente identificada ao longo da vigência da ata. Considerando que a demanda por serviços de horas máquina está condicionada a fatores como a programação das Secretarias Municipais, condições climáticas, disponibilidade de maquinários próprios, disponibilidade orçamentária e a ocorrência de situações emergenciais ou imprevistas, torna-se inviável prever com precisão, no início do exercício, os quantitativos exatos de horas a serem contratadas.

O Registro de Preços possibilita, assim, uma resposta rápida e eficiente às demandas do Município, sem a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório a cada necessidade identificada, garantindo continuidade e agilidade na execução dos serviços.

Do ponto de vista econômico, esse modelo contribui para a obtenção de valores mais vantajosos ao concentrar a demanda em um único certame, ampliando a competitividade entre os licitantes e reduzindo custos administrativos. Ademais, evita a contratação excessiva de serviços e a imobilização desnecessária de recursos públicos, uma vez que a contratação ocorre apenas quando há demanda concreta, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do planejamento das contratações públicas.

Quanto ao prazo de vigência da ata de registro de preços seguirá o disposto no artigo 84 da lei 14.133/2021 e terá vigência de 12 meses podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



Ademais, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado. Essa decisão está em consonância com o Art. 19, § 1º, da PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024, que regulamenta os Arts. 82 a 86 da Lei 14.133/2021.

A renovação dos quantitativos registrados, desde que comprovada a vantajosidade, oferece à Administração maior flexibilidade e agilidade no atendimento de demandas que se estendam por períodos superiores a 12 (doze) meses. Essa medida promove a economicidade e a eficiência administrativa ao reduzir custos operacionais, evitando a realização de novos processos licitatórios com a mesma finalidade.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Documentos relativos à habilitação

5.1.1. O Licitante deverá apresentar documentação conforme o disposto no **Item 10.5.** deste Termo de Referência.

5.2. Da subcontratação

5.2.1. O Contratado não poderá transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta contratação, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Município, sob pena de extinção do contrato e consequente indenização.

5.3. Dos critérios de sustentabilidade

5.3.1. A contratação de serviços de horas máquina pode ocasionar impactos ambientais pontuais, especialmente em razão da utilização de maquinários pesados em vias públicas, áreas urbanas e rurais, tais como compactação do solo, emissão de ruídos, geração de poeira, consumo de combustíveis e eventual interferência em áreas sensíveis.

Como medida mitigatória, deverá ser exigido das empresas contratadas o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, a observância integral da legislação ambiental vigente e das normas técnicas aplicáveis, bem como o atendimento às orientações e diretrizes repassadas pela Administração durante a execução dos serviços.

Adicionalmente, a execução dos serviços deverá priorizar a utilização consciente dos maquinários, a adoção de procedimentos que minimizem os impactos ao solo e ao entorno,



além da prevenção de vazamentos de óleos, combustíveis e demais substâncias potencialmente poluentes.

Tais medidas visam reduzir os impactos ambientais decorrentes da execução contratual, assegurando a compatibilidade da contratação com os princípios do desenvolvimento sustentável, da eficiência administrativa e da responsabilidade ambiental.

5.4. Especificação da garantia dos serviços

5.4.1. Para todos os itens a garantia legal seguirá o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. Após o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da assinatura da ata, o licitante deverá estar apto a iniciar a execução dos serviços, observadas as condições e prazos que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria solicitante.

6.1.3. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de **03 (dois) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria Solicitante, a qual também estabelecerá o prazo máximo para a execução dos serviços.

6.1.4. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

6.1.5. Caso não seja possível dar início a execução do objeto na data assinalada, a Contratada deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas com pelo menos **01 (um) dia** de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.6. No caso de descumprimento dos prazos determinados, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

6.1.7. A Contratada caberá indenizar terceiros e ao Contratante quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a prestação dos serviços, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.8. A Contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

6.1.9. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil da



Contratada, por vícios de verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

6.2. DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes na descrição do objeto do **quadro do tópico 2.** e demais disposições do presente Termo de Referência;

6.2.2. O maquinário a ser utilizado na prestação dos serviços deverá ser operado/conduzido por motorista habilitado e integrante do quadro de funcionários da Contratada, devidamente registrado, treinado, uniformizado e utilizando todos os equipamentos de proteção individual e coletivo necessários, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.3. O maquinário disponibilizado deverá estar equipado com horímetro em perfeito estado de funcionamento, a fim de possibilitar o controle e a fiscalização diária das horas efetivamente trabalhadas. Os serviços serão acompanhados por funcionários da Prefeitura Municipal de Marau, que, ao final dos trabalhos, juntamente com o operador/motorista, realizará o controle das horas efetivamente executadas.

6.2.4. Juntamente com a ordem de serviço, a Secretaria Solicitante informará, de forma prévia os serviços a serem executados, os respectivos cronogramas, os locais de execução e os prazos para a conclusão dos trabalhos, os quais deverão ser rigorosamente observados pela Contratada.

6.2.5. Os serviços poderão ser requisitados em qualquer local dentro da **circunscrição Municipal**, incluindo **zona urbana e rural**, cabendo à Contratada a integral responsabilidade pela execução dos serviços.

6.2.6. Caso o maquinário apresente necessidade de reparos ou manutenções durante o período de execução dos serviços, a Contratada deverá providenciar, de forma imediata, os devidos consertos. Caso os consertos ultrapassem o prazo de **02 (dois) dias consecutivos**, a Contratada deverá providenciar a substituição do maquinário, **observado o disposto no item 6.5 deste Termo de Referência**, por outro com as mesmas especificações, garantindo a continuidade da prestação dos serviços, sem custos adicionais ao Município.

6.2.7. Havendo interesse por parte do Município, a Contratada deverá autorizar, sem quaisquer ônus ou direito à indenização, a instalação de sistema de rastreamento por posicionamento global (GPS) nos maquinários utilizados na execução dos serviços. Uma vez instalado o sistema de GPS, a Contratada deverá assegurar o zelo e conservação do mesmo, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de mau uso ou violação do equipamento.



6.2.8. Os maquinários deverão estar em boas condições de conservação, sendo de inteira responsabilidade da Contratada quaisquer danos ou avarias que porventura possam ocorrer durante a execução dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.9. Fica a cargo da Contratada a guarda, vigilância e zelo pela segurança dos maquinários utilizados na execução dos serviços, tanto durante a realização das atividades quanto nos períodos em que os mesmos estiverem paralisados/estacionados aguardando a retomada dos trabalhos nos dias subsequentes, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.10. Os valores propostos para a hora trabalhada deverão ser únicos, independente do horário, local ou condições de execução dos serviços.

6.2.11. A contagem das horas será iniciada a partir do momento em que o maquinário estiver efetivamente no local designado para a execução dos serviços, desconsiderando-se deslocamentos.

6.2.12. Todos os custos relacionados à execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva do licitante, comprometendo-se, ainda, a responder integralmente por eventuais danos causados ao patrimônio público, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.13. A Contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo, de uso obrigatório, bem como, pela fiscalização do uso adequado desses equipamentos pelos seus empregados durante a execução dos serviços.

6.2.14. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de dispor dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

6.2.15. A Contratada é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra, incluindo alimentação, hospedagem, carga, descarga, transporte e deslocamento, serão de responsabilidade da Contratada. Além disso, a empresa contratada será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a prestação dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.16. Todos os encargos trabalhistas, fiscais previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços, ora contratados, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.



6.3. DO CONTROLE, REGISTRO E RELATÓRIOS DE HORAS EXECUTADAS

6.3.1. A cada serviço executado, a Contratada deverá apresentar relatório individualizado de controle de horas, o qual servirá como base para fiscalização, conferência e posterior pagamento dos serviços prestados.

6.3.2. Cada relatório deverá ser **numerado**, de forma única, para fins de controle interno do Município e prevenção de duplicidade de documentos.

6.3.3. O relatório de controle de horas deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número do relatório;*
- b) Identificação do local de execução dos serviços;*
- c) Nome completo do operador/motorista responsável pelo maquinário;*
- d) Data da execução dos serviços;*
- e) Horário inicial dos trabalhos;*
- f) Horário final dos trabalhos;*
- g) Total de horas efetivamente executadas;*
- h) Assinatura do operador e/ou responsável da empresa Contratada;*
- i) Assinatura do responsável da Secretaria solicitante e/ou do Fiscal designado.*

6.3.4. Os serviços executados serão **acompanhados, fiscalizados e aprovados** por servidor designado pela Secretaria Solicitante, que atestará a execução correta dos serviços e a compatibilidade das horas registradas no relatório.

6.3.5. Somente serão consideradas para fins de pagamento as horas devidamente registradas nos relatórios, conferidas e aprovadas pelo Fiscal do Contrato ou responsável da Secretaria Solicitante.

6.3.6. A apresentação de relatórios com informações incompletas, inconsistentes, divergentes ou sem as devidas assinaturas poderá ensejar a devolução do documento para correção, bem como a suspensão do pagamento correspondente até a devida regularização.

6.3.7. O Município poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos, ajustes ou documentos complementares relacionados aos relatórios apresentados, visando assegurar a correta execução contratual e a fiel observância das horas efetivamente trabalhadas.

6.3.8. A falsidade de informações, duplicidade de relatórios ou divergências injustificadas entre os registros apresentados e a fiscalização realizada pelo Município poderão caracterizar descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas na legislação vigente e no contrato.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa de despesa foi realizada levando-se em consideração o disposto no Art. 6, inciso XXIII, alínea “i”, porém, na presente contratação, optou-se por orçamento sigiloso, conforme o Art. 24 e seus incisos da Lei nº 14.133/2021, visando a economicidade para o



Município, uma vez que a não divulgação do orçamento tem por objetivo, evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Desta forma, o licitante oferecerá valores realmente competitivos e dentro do limite de executar a contratação, com uma lucratividade adequada. Através da utilização do orçamento sigiloso foi possível constatar, nos processos já realizados, uma economicidade para o Município.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Das orientações gerais da fiscalização

8.1.1. O Contrato/Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização da execução contratual.

8.2. Dos responsáveis pela fiscalização

8.2.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

Fiscal administrativo suplente: o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

8.2.2. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

8.2.3. O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

9. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente executada e comprovada.

9.2. O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis após a execução dos serviços, a contar



do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

9.3. O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e/ou serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4. O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a execução do objeto for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

9.5. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Documentação de acompanhamento dos serviços conforme **tópico 6.3. do presente Termo de Referência.**

9.5.1. Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

9.6. Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

9.7. O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção



monetária.

9.9. O pagamento ao licitante, pela execução dos serviços, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

9.10. O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

9.11. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

9.12. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

9.13. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

10.2. Das exigências da habilitação

10.2.1. Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item



“da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

10.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:

10.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

10.3.2. Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

10.3.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3.6. Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

10.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

10.4.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

10.4.4. Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.4.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.5. Documentos relativos à habilitação técnica:



10.5.1. Atestado da capacidade da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

10.5.3. A Certidão ou Atestado poderá ser objeto de diligência, a qualquer momento, por parte do Pregoeiro e da Comissão de Apoio, junto à Pessoa Jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação, mediante cópias autenticadas dos contratos que lhe deram origem e visita às Pessoas Jurídicas que os expediram.

10.5.4. Se proprietária do maquinário: A Licitante deverá apresentar documentação do maquinário, nota fiscal ou contrato de compra, devendo os mesmos estar em nome da empresa ou do sócio proprietário.

10.5.4.1. Se não proprietária do maquinário: A Licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade do maquinário, informando placa, ano e modelo, emitida pelo proprietário do maquinário, devidamente autenticada.

APENAS PARA O ITEM 3 – CÓDIGO 011.021.054, também deverão ser apresentados:

10.5.5. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da Licitante junto ao CREA.

10.5.6. Certidão de Registro de Pessoa Física do Responsável Técnico junto ao CREA.

10.5.7. Deverá ser comprovado o vínculo entre o responsável técnico e licitante. Para tanto, serão aceitos os seguintes documentos como forma de comprovação:

- I** - Ficha de Registro de Empregado e Carteira de Trabalho (com Contrato Anotado);
- II** - Contrato de Prestação de Serviço (registrado em cartório);
- III** - Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social;
- IV** - Termo de compromisso no caso de o licitante não apresentar o vínculo do Responsável Técnico no momento da habilitação, comprometendo-se a disponibilizar e comprovar o vínculo dos responsáveis no momento da assinatura do termo contratual ou documento equivalente.

10.5.7.1. Caso o responsável técnico indicado para a execução dos serviços seja o mesmo que consta no registro do licitante junto ao CREA, tal circunstância será considerada suficiente para fins de comprovação do vínculo entre o profissional e a empresa.

10.6. Documentos relativos à qualificação econômica:

10.6.1. Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante



ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

10.6.2. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

10.7. Outros documentos de habilitação (declarações):

10.7.1. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

10.7.2. Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

10.7.3. Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

10.7.4. Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

10.7.5. Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

10.8.1. O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela **LC 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 10.3.6. deste Termo de Referência.

10.8.1.1. Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 10.3.6 do Termo de Referência, será declarado **inabilitado**.

10.8.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será



assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.8.3. O licitante que se enquadra nos benefícios concedido pela 123/2006, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Pregão, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

10.8.3.1. A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

10.9. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e assinadas, no mínimo, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

10.10. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.



10.12. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.

10.13. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

10.14. Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.15. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail licitacoes@marau.rs.gov.br ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 27 de janeiro de 2026.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.

Responsável Compras



Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Rodolfo Bebber
Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR.